DELIBERAÇÃO AC01 - G.JRPC - 550/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/12424/2014
PROTOCOLO	: 1527802
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI
JURISDICIONADO (A)	: ISABEL CRISTINA RODRIGUES
CARGO NA ÉPOCA	: PREFEITA MUNICIPAL
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 14/2014
INTERESSADO (A)	: AUTO POSTO DAVID LTDA. - ME
RELATOR (A)	: CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

EMENTA

LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. CELEBRAÇÃO. REGULARIDADE.

São regulares os atos administrativos de licitação (pregão presencial) e de celebração de contrato, por meio dos quais hajam sido cumpridos os requisitos da lei ou do regulamento e não haja vício na documentação apresentada ao Tribunal.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 20ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, de 20 de outubro de 2015, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do relator, em:

I - declarar, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, a regularidade dos atos administrativos relativos à:

a) licitação realizada por meio do Pregão Presencial n. 11, de 2014, pela Administração Municipal de Juti;

b) celebração do Contrato Administrativo n. 14, de 2014, entre o Município de Juti, representado pela Sra. Isabel Cristina Rodrigues, Prefeita Municipal, e a empresa Auto Posto David Ltda. - EPP;

II - determinar a remessa dos autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo-1ª ICE, para a posterior análise da documentação relativa à execução financeira da contratação.

Campo Grande, 20 de outubro de 2015.

Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral - Relator.

RELATÓRIO

Tratam os autos das peças do Contrato n. 14/2014, celebrado entre o Município de Juti e a empresa Auto Posto David Ltda-EPP, havendo sido a matéria examinada pela equipe técnica da 1ª Inspetoria de Controle Externo que, por meio da Análise n. 16830/2014 (peça n. 21), entendeu como regulares os procedimentos licitatório (Pregão Presencial n. 11/2014) e a formalização do Contrato.

Em seguida, o representante do Ministério Público de Contas emitiu o Parecer GAB.6 DR.TMV 16177/2014 (peça n. 22) opinando pela *REGULARIDADE e LEGALIDADE do procedimento licitatório e formalização do Instrumento Contratual*, por estarem em conformidade com a legislação vigente.

É o Relatório.

V O T O

Da análise dos elementos constantes dos autos, verifico que a etapa da contratação, envolvendo o procedimento licitatório e a formalização do contrato, se desenvolveu em consonância com as disposições dos instrumentos da legislação aplicável. Desse modo, não há óbice para a declaração da regularidade do procedimento analisado.

Tudo considerado, acompanho os posicionamentos firmados pela Inspetoria competente e pelo representante do Ministério Público de Contas e VOTO nos termos de declarar regulares o Procedimento Licitatório (Pregão Presencial n. 11/2014) e a formalização do Contrato n. 14/ 2014, celebrado entre o Município de Juti e a empresa Auto Posto David Ltda-EPP, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Depois de julgada a matéria deste processo, os autos devem ser encaminhados à 1ª Inspetoria de controle Externo, para análise da execução financeira do contrato, nos termos regimentais.

É como voto.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Conselheiro relator e proferida nos sentidos de:

I - declarar a regularidade dos atos administrativos relativos à:

a) licitação realizada por meio do Pregão Presencial n. 11, de 2014, pela Administração Municipal de Juti;

b) celebração do Contrato Administrativo n. 14, de 2014, entre o Município de Juti, representado pela Sra. Isabel Cristina Rodrigues, Prefeita Municipal, e a empresa Auto Posto David Ltda. - EPP;

II - determinar a remessa dos autos à 1ª ICE, para a posterior análise da documentação relativa à execução financeira da contratação.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Ronaldo Chadid e Jerson Domingos.

Presente o Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior, Procurador de Contas.

Campo Grande, 20 de outubro de 2015.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro Relator